

GOVERNO, ESTADO E GUERRAS NACIONAIS EM ÁFRICA

Nathaly Silva Xavier Schütz¹

Hernán Olmedo González²



Introdução

Em que medida as guerras internas nos países africanos após a Segunda Guerra Mundial foram condicionadas pelos seus níveis limitados de enraizamento governamental e de estatalidade? Esse é o problema central que orienta a pesquisa a seguir, que se concentra nos países do continente africano no período pós-Segunda Guerra Mundial, um período em que o sistema de Estados soberanos – com suas origens na modernidade e formalmente na Europa com os Tratados de Westfália de 1648 – alcançou a grande maioria do sistema internacional. Para atingir esse objetivo, o artigo a seguir está estruturado da seguinte forma.

A primeira seção tem como objetivo apresentar, em primeira instância, informações empíricas sobre o peso relativo que as guerras nacionais internas tiveram no Sistema Internacional em geral e, na África, em particular, seguida de uma apresentação das diferentes proposições sobre os fatores condicionantes desse tipo de guerra no Sistema e nos Estados africanos e, por fim, estabelecer hipóteses orientadoras para a pesquisa empírica do estudo. A segunda seção descreve o projeto metodológico seguido para testar as hipóteses definidas na primeira seção. A terceira seção apresenta os resultados empíricos da pesquisa e a análise dos dados. Por fim, o artigo desenvolve uma conclusão que sistematiza os principais aspectos do estudo.

¹ Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, Brasil. Email: nathalyschutz@unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8041-7206>.

² Programa de Estudos Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidad de la República. Montevideu, Uruguai. Email: hernan.olmedo@cienciassociales.edu.uy. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2287-2665>.

Condições para guerras nacionais no sistema internacional

Com relação às guerras nacionais internas, é possível argumentar que elas são o tipo de conflito armado que atende a dois requisitos: ocorrem exclusivamente dentro das fronteiras nacionais de um Estado; não envolvem a participação de outros Estados de fora apoiando nenhum dos dois lados do conflito³. Em termos simplificados, essas guerras podem ser chamadas de guerras nacionais. Como mostra a Tabela 1 abaixo, as guerras nacionais têm sido predominantes no sistema internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, com 52% do total de guerras no sistema sendo guerras nacionais em comparação com outros tipos de guerras. Se reduzirmos os dados globais e os restringirmos, exclusivamente, ao continente africano, no mesmo período, como mostra a Tabela 2, as guerras nacionais também têm sido predominantes, com o mesmo peso relativo de 52% que têm no sistema internacional.

Tabela 1: Frequência e porcentagens de início de guerra por tipo no sistema internacional 1946-2015:

Anos	Intra-estatal					Totais
	Interestadual	Extra-estadual	Internacionalizado	Nacional	Não-estatal	
1946-1955	4	7	0	12	4	27
1956-1965	7	3	8	14	1	33
1966-1975	9	3	7	20	3	42
1976-1985	7	2	13	18		40
1986-1995	6	1	7	32		46
1996-2005	5	4	7	27	1	44

³ De acordo com *Correlates of war*, uma guerra é um conflito militarizado entre grupos com o poder da força que registra pelo menos 1.000 mortes de combatentes em um período de um ano entre todos os envolvidos no conflito (Sarkees e Wayman 2010, 39-75). A partir dessa definição é possível identificar três categorias amplas de guerra - internacional, nacional e não estatal - e, dentro delas, subtipos diferentes e mais específicos. Dentro da estrutura das guerras internacionais, podemos encontrar as guerras interestaduais, travadas exclusivamente entre os Estados de ambos os lados do conflito; as guerras intraestatais, que são travadas dentro de um Estado do sistema e um dos lados em conflito é diretamente apoiado por outro Estado do sistema internacional; e, por fim, as guerras extraestatais, travadas por um Estado ou uma aliança de Estados contra um grupo armado que não é membro do sistema interestatal. As guerras nacionais são guerras travadas exclusivamente em um Estado e as partes em conflito não contam com o apoio de nenhum Estado do sistema internacional. As guerras não-estatais são guerras travadas entre grupos que não são membros do sistema interestatal.

Intra-estatal						
Anos	Interestadual	Extra-estadual	Internacionalizado	Nacional	Não-estatal	Totais
2006-2015	1	1	9	9		20
Total	39	21	51	132	9	252
%	15	8	20	52	4	100

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Sarkees e Wayman (2010), Dixon e Sarkees (2016).

Tabela 2: Frequência e percentagens de início de guerra por tipo em África:

Intra-estatal						
Anos	Interestadual	Extra-estadual	Internacionalizado	Nacional	Não-estatal	Totais
1946-1955		2		0		2
1956-1965		3	2	5	1	11
1966-1975	1	1	2	5	1	10
1976-1985	2	0	7	3		12
1986-1995		0	3	10		13
1996-2005	1	0	6	14	1	22
2006-2015		0	3	2		5
Total	4	6	23	39	3	75
%	5	8	31	52	4	100

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Sarkees e Wayman (2010), Dixon e Sarkees (2016).

Com base nesses dados, as guerras nacionais, tanto no Sistema Internacional quanto na África em particular, constituem um tipo de conflito social que merece ser investigado em termos de possíveis fatores causais. Vale a pena observar que, embora esse tipo de guerra tenha sido o mais frequente no Sistema Internacional, o desenvolvimento científico sobre a patologia da guerra e seus fatores causais mostra mais progresso em favor do estudo das guerras entre Estados. No entanto, isso não significa que o estudo científico teórico e empírico desse tipo de guerra tenha sido negligenciado, pois é possível identificar uma série de teorias e estudos sobre esse tipo de guerra que, com ênfase nos aspectos políticos, econômicos e sociais, buscaram explicar as causas fundamentais da patologia da guerra nacional no sistema de Estados. Em termos gerais, os enfoques teóricos que abordaram o estudo dos fatores condicionantes do que chamamos neste estudo de guerras nacionais podem

ser organizados em cinco perspectivas: modernização; queixas; ganância; capacidade estatal; distribuição do poder global.

Uma das referências teóricas da abordagem da modernização foi Samuel Huntington ([1968] 1997). Para esse autor, a combinação de pobreza e mobilidade social pode ser um fator de instabilidade, especialmente nos países em desenvolvimento. Como proposição central, ele argumentou que, se o nível de participação for maior do que o nível de institucionalização, serão criadas as condições para a instabilidade e o surgimento de conflitos internos. Nesse sentido, ele argumentou que a diferença política mais importante entre os países não é sua forma de governo, mas o grau de governo que eles têm. As diferenças entre democracias e ditaduras não são tão grandes quanto aquelas entre países cujos sistemas políticos são baseados em um consenso geral que lhes dá legitimidade e aqueles que não têm essas qualidades. Os países totalitários, comunistas ou liberais, pertencem a uma categoria de Estados que são eficientes na forma como exercem o governo e a autoridade, em oposição aos Estados fracos que têm grandes problemas no exercício da autoridade.

A perspectiva teórica denominada no campo como a perspectiva da queixa concentra a explicação desses tipos de guerras nas condições socioeconômicas, étnicas ou, até mesmo, religiosas e raciais. Essas abordagens conjecturam que os Estados com altos níveis de subdesenvolvimento, desigualdade, baixos níveis de crescimento econômico e baixos níveis de educação enfrentam os maiores riscos de conflito interno (Collier *et al.* 2003; Ballentine e Sherman 2003). Em grande medida, essa explicação contrasta com a explicação clássica da privação relativa desenvolvida por Gurr (2011 [1970]), para quem os Estados mais instáveis não são aqueles em que há grandes setores desfavorecidos, mas aqueles em que uma parte privilegiada da população registra melhorias frustradas de acordo com seus referenciais redistributivos. No âmbito dessas abordagens, há também a proposta de Mary Kaldor (2001), que afirma que as novas guerras, muitas delas de caráter nacional, caracterizam-se por estarem associadas ao surgimento de grupos que, por meio de conflitos, expressam interesses de natureza religiosa, étnica ou racial.

Uma terceira abordagem geral dos fatores condicionantes das guerras nacionais foi chamada de abordagem centrada na ganância. Essas abordagens afirmam, como proposição, que os conflitos armados internos dos países são condicionados pelo baixo custo da rebelião para determinados grupos predadores de recursos naturais com alto valor de mercado. Por meio do controle e da comercialização desses recursos, que podem assumir diferentes formas, como diamantes, petróleo, drogas ilícitas etc., os grupos rebeldes

financiam suas tentativas de se tornarem monopolizadores da violência em um determinado território e, nesse sentido, constituem grupos que desafiam a capacidade de soberania interna dos Estados. Grande parte dos conflitos na África Subsaariana, na Ásia e em alguns países da América Latina pode ser explicada por essa dinâmica (Keen 1998; Grossman 1999; Collier e Hoeffler 2004; Ross 2006).

Uma quarta abordagem teórica se concentra nas capacidades do Estado. Fearon e Laitin (2003) argumentaram que os Estados politicamente fracos, aqueles que conquistaram a independência recentemente, têm níveis limitados de entrincheiramento político e geralmente estão sob a tutela de governos estrangeiros, são os mais propensos à instabilidade e à guerra interna. Sob a mesma perspectiva, Hegre, Ellingsen, Gates e Gleditsch (2001) fornecem evidências empíricas que identificam, claramente, que os regimes políticos anocráticos, ou seja, regimes políticos pouco consolidados, têm maior probabilidade de sofrer guerras internas do que os regimes democráticos ou autocráticos. DeRouen e Sobeck (2004) se concentraram nos efeitos da qualidade burocrática e do tamanho do exército sobre a duração da guerra interna, identificando que burocracias eficazes, e não o tamanho dos exércitos do governo, reduzem a probabilidade de vitória dos grupos rebeldes em um conflito. Peksen, Taydas e Drury (2008) identificaram que Estados fracos são mais propensos a guerras internas, enquanto aqueles com altas taxas de tributação e capacidade de redistribuição têm menor probabilidade de sofrer conflitos internos.

Uma quinta abordagem, de menor peso relativo do que as anteriores, sobre o fenômeno das guerras internas, concentrou-se na distribuição do poder mundial. Sob essa perspectiva, argumenta-se que os Estados do Sistema Internacional com níveis mais baixos de distribuição relativa de poder internacional têm maior probabilidade de iniciar guerras internas. Sob essa perspectiva, a desigualdade de poder torna muito difícil para os Estados fracos garantir a segurança e o bem-estar internos. Nesse sentido, o que acontece em nível local é resultado da distribuição de capacidades em nível internacional; esses fatores impedem que os Estados fracos se fortaleçam para garantir maior estabilidade (Hironaka 2005). Depois de analisar as principais abordagens e descobertas empíricas sobre os fatores condicionantes das guerras intraestatais, apresentamos, a seguir, uma análise das principais contribuições sobre os fatores condicionantes desse tipo de conflito em África.

Os fatores condicionantes das guerras nacionais em África

A questão da segurança em África está intimamente ligada à questão do próprio Estado. A ideia de Estado está, em muitos casos, fortemente relacionada aos principais problemas de segurança da região. De fato, de certa forma, o fracasso do sistema de governo baseado em Vestfália é um dos fatores que alimenta os problemas de segurança da região. De acordo com McLean (2001), existe um choque entre as pressões do modelo tradicional de Vestfália e as necessidades regionais dos modelos atuais que funcionariam em África. Uma das questões centrais são as fronteiras e a percepção deste conceito como orientador da tomada de decisão. No caso africano, porém, as fronteiras não correspondem, necessariamente, aos padrões tradicionais de comportamento da população, nem às realidades de segurança dos cidadãos.

Os problemas de segurança em África, como referem Buzan e Waever (2003), situam-se tanto a nível interno como nas relações inter-estatais. No entanto, a fonte destes problemas são, sobretudo, questões internas, como os fluxos de refugiados e as guerras civis. Söderbaum (1998) partilha a opinião dos autores de que a principal fonte de insegurança na África Austral é o conflito interno. Como refere Herbst (2000), a formação do Estado em África segue um caminho diferente do seguido na Europa e teorizado no trabalho de Tilly (1996). Ao contrário do contexto de conflito e guerra como mecanismo de construção do Estado, a cooperação caracteriza o processo de construção do Estado no continente africano. A existência de guerras entre Estados é, por isso, muito mais rara.

Contudo, como refere Kelly (2007), é preciso ter cuidado ao utilizar as teorias da segurança e da integração nos países em desenvolvimento, especialmente em África. A principal preocupação reside nos diferentes problemas e preocupações enfrentados pelos países africanos. A este respeito, o conceito de inimigo comum, como vimos acima, nem sempre é o que orientará a abordagem dos países africanos à segurança. Por isso, é útil fazer referência ao conceito de Job (1997) de 'dilema de segurança interna'. De acordo com o autor, alguns Estados enfrentam problemas internos que ameaçam a estabilidade e o poder contínuo do governo em questão; estes seriam estados classificados pelas teorias de segurança clássicas como fracassos ou falidos. Nas palavras de Job:

O interesse fundamental daqueles que estão no poder nesses Estados é a sobrevivência do regime e a manutenção ou restabelecimento do status quo. Assim, no contexto internacional, a sua principal preocupação é assegurar os princípios de não interferência nos assuntos domésticos, manutenção da integridade territorial e fortalecimento da soberania. Instituições internacionais serão atrativas para eles tanto quanto estas instituições adotem essas normas e sejam capazes e estejam dispostas a se mobilizar em seu nome (Job 1997, 181, tradução nossa)⁴.

Assim, o foco está nos conflitos intra-estatais em detrimento dos conflitos inter-estatais. Neste sentido, Ayoob (2002, 35) defende que o processo de descolonização e a consequente necessidade de construção de Estados, num ambiente muito mais vulnerável a interferências externas do que aquele em que os Estados europeus foram construídos, é o fator explicativo da maioria dos conflitos nesses países. Os novos Estados “redefiniram assim a própria noção de dilema de segurança, tornando-o essencialmente um fenômeno interno e não interestatal”. Muitos países africanos continuam a enfrentar problemas na afirmação da sua soberania, especialmente a nível interno. Este fato, como nos lembra Kelly (2007), torna as questões de segurança interna muito mais importantes do que as externas, o que faz com que as guerras inter-estatais sejam muito raras nestes países; esses países não têm a intenção de conquistar o território de seus vizinhos, pelo contrário, querem cooperar para conter as ameaças internas, que são muito semelhantes.

O conceito de segurança, segundo Francis (2006), é muito contestado, mas pode ser entendido, em geral, como a condição de se sentir a salvo dos perigos; está, portanto, relacionado com a sobrevivência. No entanto, a ideia de segurança que deve ser adotada, segundo o autor, é a sua concepção não tradicional, que inclui não apenas ameaças militares, mas também novas questões de segurança, como as econômicas, de saúde e ambientais. A segurança, nesse sentido, implicaria paz, desenvolvimento e justiça, pois a ausência destes criaria condições para o conflito e a violência armada.

O contexto africano, segundo Francis (2006), onde os Estados ainda estão em processo de fortalecimento e construção e as economias estão a desenvolver-se, é uma demonstração clara de que existe uma forte relação

4 No original: “The fundamental interest of those in power in these states is regime survival and maintenance of the status quo or restoration of the status quo ante. Thus, within their international context, their concern will be to shore up the principles of noninterference in domestic affairs, preservation of territorial integrity, and entrenchment of sovereignty. International institutions will be attractive to them to the extent that these institutions foster such norms and are capable and willing to mobilize on their behalf.” (Job 1997, 181).

entre paz, desenvolvimento e segurança. O desenvolvimento histórico do continente, especialmente na era pós-colonial, segundo o autor, evidenciaria por que razão é imperativo abordar estes três aspectos em conjunto quando se trata de África; os conflitos armados, tanto intra-estatais como inter-estatais, e a instabilidade gerada por eles, agravam a situação socioeconômica dos países, tornando a segurança e o desenvolvimento questões inseparáveis.

De acordo com Ibekwe e Adebayo (2012), o processo de democratização em África teve início na década de 1990, influenciado pelo fim da Guerra Fria - do ponto de vista sistêmico - e pela insatisfação das elites políticas com a interferência militar interna e externa - do ponto de vista interno - e a nível regional, a transição da Organização de Unidade Africana (OUA) para a União Africana (UA), no início dos anos 2000, também contribuiu para este processo, através da possibilidade de suspensão de líderes não democráticos, algo que não era possível anteriormente.

No que diz respeito à relação entre democracia e conflito, as teorias liberais tradicionais, como a Teoria da Paz Democrática de Doyle (1983), referem a ligação positiva que existiria entre regimes democráticos e relações pacíficas. A ausência de democracia poderia, portanto, ser vista como um fator que contribui para o conflito. Para Nkiwane (2001, 286), no entanto, “a disseminação da democracia liberal e do capitalismo de consumo não resolveu muitas das contradições de África; pelo contrário, em muitos casos exacerbou as disputas sociopolíticas internas”. Assim, os conflitos africanos teriam muito mais a ver com problemas socioeconômicos do que com a ausência de democracia liberal.

Nkiwane (2001, 287) afirma ainda que “a democracia, portanto, não é necessariamente o principal fator que impede a guerra nas relações internacionais africanas; na verdade, pode promover a guerra”. Sem dúvida, pode haver uma multiplicidade de fatores que condicionam a existência de guerras intra-estatais, tanto a nível mundial como, em particular, em África. Neste sentido, com base no conhecimento científico teórico e empírico existente, este estudo tem como objetivo investigar o efeito dos fatores políticos, econômicos e sociais na existência de guerras nacionais nos Estados africanos. Para o efeito, esta investigação está orientada para o teste de duas hipóteses principais, que se enunciam nos seguintes termos:

1. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a probabilidade de os Estados africanos viverem guerras nacionais tem sido inversa e significativamente associada aos níveis de enraizamento governamental.

2. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a probabilidade de os Estados africanos viverem guerras nacionais tem sido inversa e significativamente associada aos níveis de soberania.

Desenho de pesquisa

Para testar empiricamente as hipóteses declaradas, foi realizado um estudo quantitativo, com base na criação de um banco de dados em formato de painel que inclui os países africanos como unidades de análise de 1946 a 2015. Dessa forma, não só é possível capturar os anos em que as guerras nacionais dos Estados africanos começaram, mas também os anos em que as guerras nacionais dos países africanos estiveram ativas, o que possibilita a realização de um estudo quantitativo que não só combina as dimensões espaço-temporais, mas também envolve um grande número de observações sobre variáveis referentes às unidades de análise que proporcionam consistência empírica à análise dos dados. Com relação às unidades de análise do estudo, deve-se observar que os seguintes critérios foram aplicados para escolher as unidades de análise.

O primeiro ponto a salientar é o fato de as unidades de análise do estudo terem sido escolhidas com base nos três critérios seguintes. O primeiro foi considerar os Estados africanos que cumprem os cinco requisitos definidos pelo *Correlates of war* para que uma unidade política seja considerada um Estado soberano⁵. O segundo critério é a inclusão de uma dimensão temporal considerando o período pós-Segunda Guerra Mundial até 2015. O terceiro critério está associado à informação empírica recolhida sobre cada uma das variáveis consideradas no estudo; concretamente, as unidades de análise incluídas no estudo foram todas aquelas que apresentavam informação empírica sobre todas as variáveis consideradas, tanto as independentes, como as dependentes e as de controle. Assim, as unidades de análise do estudo são os Estados africanos-ano para os quais, de 1946 a 2015, em períodos homólogos, foi possível obter informação empírica quantitativa

5 Os cinco requisitos aplicados pelo *Correlates of war* para considerar uma unidade política como um Estado do sistema interestatal são os seguintes: 1. Território, a existência de um espaço geográfico no qual a unidade política se baseia; 2. Reconhecimento diplomático, desde 1919, pertença à Sociedade das Nações ou, mais tarde, às Nações Unidas, ou que a unidade política receba acreditação diplomática das duas grandes potências do sistema interestatal; 4. Soberania, implicando o controle das suas instituições políticas através do monopólio da força; 5. Ver: Sarkees e Wayman (2010, 19).

sobre todas as variáveis consideradas. No total, o estudo baseou-se em 2190 unidades de análise.

Para testar a primeira das hipóteses, foram aplicados quatro modelos estatísticos de regressão logística multivariada, todos eles considerando o enraizamento governamental como variável independente e as guerras nacionais como variável dependente. Nos quatro modelos aplicados, foi incluída uma série de variáveis de controle, de modo a refletir aspectos políticos, econômicos e sociais dos países africanos. Estas variáveis são: o nível de capacidades materiais relativas de cada Estado africano em cada ano específico considerado, o potencial econômico medido pelas taxas de crescimento econômico, o nível de prosperidade medido pelo PIB *per capita* de cada país e o nível de desenvolvimento medido pela expectativa de vida. Para testar a segunda hipótese, foi aplicado um modelo estatístico de regressão logística bivariada, em que a variável independente era o nível de Estado e a variável dependente era as guerras nacionais. Note-se que o nível de soberania é um indicador derivado da combinação de enraizamento governamental, capacidades materiais, capacidade econômica, nível de prosperidade, nível de desenvolvimento.

A variável dependente de ambas as hipóteses, as guerras nacionais, foi medida com base na existência ou não de uma guerra nacional ativa no ano estatal africano em consideração. Em termos operacionais, quando foi observada uma guerra nacional ativa na unidade de análise considerada, foi calculado o valor 1; se não foi observada nenhuma guerra nacional ativa na unidade de análise, foi calculado o valor 0. É importante notar que as guerras nacionais são entendidas como aquelas que ocorreram dentro de um Estado sem envolver a participação de qualquer Estado estrangeiro. De acordo com a definição de tipos de guerra do *Correlates of war*, as guerras nacionais são consideradas aquelas que são intra-estatais nos seus diferentes subtipos específicos, mas que não envolvem Estados estrangeiros; por conseguinte, as guerras inter-estatais, extra-estatais ou não-estatais não são consideradas para o teste de hipóteses. As fontes de informação utilizadas para sistematizar esta informação são as desenvolvidas por Sarkees e Wayman (2010) e Sarkees e Dixon (2016).

Relativamente à variável independente correspondente à primeira hipótese, o enraizamento do governo, a primeira coisa a notar é que, neste artigo, o enraizamento do governo é entendido como uma qualidade análoga à institucionalização do regime político, o que implica que quanto mais elevados forem os níveis de enraizamento do governo ou de institucionalização do regime político, mais elevados serão os níveis de exercício de autoridade

de um Estado. Esta perspectiva coincide com a abordagem do *Centre for Systemic Peace*, uma vez que, na sua classificação qualitativa, tanto os regimes democráticos como os autocráticos são aqueles que registam níveis mais elevados de institucionalização, por oposição aos regimes anocráticos. Por outras palavras, os regimes democráticos e autocráticos apresentam níveis mais elevados de enraizamento governamental em comparação com os regimes anocráticos. Neste sentido, de acordo com Huntington ([1968] 1997), não existem grandes diferenças na capacidade governativa das democracias e das autocracias; a diferença fundamental reside na forma como exercem a autoridade. As democracias exercem a sua autoridade através do Estado de direito, as autocracias exercem a sua autoridade através do Estado de força, mas ambos os tipos de regimes políticos apresentam níveis mais elevados de enraizamento governamental ou de institucionalização do regime político do que os países anocráticos, que se caracterizam por fortes fragilidades no exercício da autoridade.

Para medir esta variável, o *Centre for Systemic Peace* procedeu a uma reclassificação do índice de institucionalização dos regimes políticos na sua versão 5.0⁶. Dado que para este banco de dados os valores de institucionalização dos regimes políticos variam num eixo de -10 a 10, foi concebido um novo eixo para medir esta variável, compreendendo onze valores de 1 a 11, sendo o valor 1 para os países cujos regimes têm o menor nível de enraizamento, ou 0 na escala do *Centre for Systemic Peace*, e 11 para os que têm o maior nível de enraizamento. Por exemplo, se um país, num determinado ano, tiver um valor de 8 e outro país tiver um valor de -8, foi-lhe atribuído o mesmo valor de enraizamento do governo, mesmo que o seu regime político seja de natureza diferente. Note-se que nos anos em que o regime político de um Estado registrou uma interrupção, interregno ou transição de acordo com as medições deste banco de dados, o valor adquirido pelo país no último ano antes da interrupção, interregno ou transição foi aplicado como medida

6 A versão 5.0 do *Centre for Systemic Peace* fornece informações quantitativas sobre o nível de institucionalização dos regimes políticos. Para o efeito, concebeu uma escala contínua de 21 pontos que varia entre -10 e 10. Os regimes políticos entre -10 e -6 são considerados autocráticos, e quanto mais próximo do extremo -10, mais institucionalizado é este tipo de regime. Entre -5 e 5 encontram-se os regimes anocráticos, que apresentam baixos níveis de institucionalização autocrática ou democrática. É de notar que os regimes entre -5 e 0 contêm mais atributos autocráticos e os regimes entre 0-5 mais democráticos. Da mesma forma, os regimes entre 6 e 10 na escala são aqueles em que é possível registar níveis mais elevados de enraizamento das instituições democráticas. Para acessar as informações do *Centre for systemic peace* sobre a institucionalização dos regimes políticos, consulte: <https://www.systemicpeace.org/csprandd.html>.

de institucionalização na medição desta variável⁷. A matriz abaixo mostra as pontuações atribuídas a esta variável com base na informação fornecida pelo Centre for Systemic Peace sobre a institucionalização dos regimes políticos.

Tabela 3: Valores do Centre for Systemic Peace para medir enraizamento governamental:

Valores do Center for Systemic Peace	Valores do enraizamento governamental
0	1
1/-1	2
2/-2	3
3/-3	4
4/-4	5
5/-5	6
6/-6	7
7/-7	8
8/-8	9
9/-9	10
10/-10	11

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito à variável independente da segunda hipótese, o nível de soberania, a primeira coisa a mencionar é que a soberania é entendida como as capacidades materiais dos Estados no sistema internacional para exercer autoridade e promover o bem-estar da população. Esta noção, em algumas dimensões, articula-se com a proposta do *Centre for Systemic Peace*, para quem a fragilidade ou força estatal está relacionada com a capacidade

⁷ Note-se que, na base de dados do *Centre for Systemic Peace* sobre a institucionalização de regimes políticos, as interrupções são contabilizadas como -66, os interregnos como -77 e as transições como -88. As interrupções ocorrem quando um país é ocupado por potências estrangeiras durante uma guerra, levando ao colapso do antigo sistema de governo e à formação de um novo sistema de governo após a ocupação estrangeira. Os interregnos ocorrem quando há um colapso completo da autoridade central, principalmente como resultado de conflitos internos. Os períodos de transição ocorrem quando são criadas novas instituições e políticas governamentais. Para mais informações, ver Marshall, Monty e Gurr, Ted (2017) "Polity 5. Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2018. Data Users' Manual". *Centre for Systemic Peace*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/inscr/p5manualv2018.pdf>

dos Estados para gerir conflitos, desenvolver e implementar políticas públicas, prestar serviços essenciais, manter a coesão interna, favorecer a qualidade de vida e o desenvolvimento progressivo da população (Marshall e Elzinga Marshall 2017). No entanto, a noção de Estado aqui proposta tem algumas diferenças em relação à proposta do *Centre for Systemic Peace*. A primeira delas é o fato de a capacidade de gerir conflitos ser vista, neste artigo, como uma consequência da condição de Estado e não como uma propriedade inerente. A partir da perspectiva desenvolvida neste artigo, é possível propor que quanto mais elevados forem os níveis de soberania dos Estados, menor será a probabilidade de sofrerem conflitos.

Uma segunda diferença é que a noção de Estado aqui desenvolvida tem em conta as capacidades materiais relativas que os Estados têm no sistema internacional, incluindo assim uma dimensão relacional internacional na noção de Estado. Uma terceira diferença é que, no que diz respeito à dimensão política, a noção de Estado aqui desenvolvida restringe-se, exclusivamente, à integração governamental ou aos níveis de institucionalização dos regimes políticos dos Estados. Uma quarta diferença é que, no que diz respeito à dimensão econômica, a noção de Estado proposta nesta investigação aborda empiricamente o seu estudo através do crescimento econômico e do PIB *per capita* dos Estados. No que diz respeito à dimensão social associada à qualidade de vida, a noção de Estado é medida, exclusivamente, através da esperança de vida. Dito isto, é evidente que a noção de Estado aqui proposta é uma noção multidimensional, no entanto, as variáveis inerentes a cada dimensão são em menor quantidade do que as propostas pelo *Centre for Systemic Peace*.

Dito isto, a medição do nível de Estado resulta da combinação do enraizamento do governo com as variáveis de controle utilizadas para testar a primeira hipótese. Como cada variável fornece informação quantitativa com diferentes unidades de medida, para normalizar as variáveis e agregá-las numa única unidade de medida, cada variável foi normalizada pelo processo de z-scores. Posteriormente, os dados de cada variável para cada unidade de análise foram agrupados e divididos pelo número de variáveis. O índice regista valores entre -3 e 3, valores abaixo de -3 ou acima de 3 são considerados outliers. Em termos analíticos, as unidades registraram níveis mais elevados de Estado quanto maior for o índice e vice-versa. A fórmula aplicada para o cálculo do índice foi a seguinte:

estatalidade= $\frac{\text{zenraigub} + \text{zcmateriales} + \text{zcrececon} + \text{zpibpercap} + \text{zesperanzavida}}{5}$

estatalidad = estatalidade

zenraigub = enraizamento governamental

zcmateriales = capacidades materiais

zcrececon = crescimento económico

zpibpercap = PIB *per capita*

zesperanzavida = esperança de vida

5 = número de variáveis

No que diz respeito à variável de controle capacidades materiais, esta variável mostra a percentagem relativa de poder registada por cada Estado africano, ano a ano, durante o período considerado. O indicador utilizado para recolher esta informação foi o *Composite Indicator of National Capabilities* na sua versão 6.0, construído no âmbito do *Correlates of war*. Este indicador é construído a partir da combinação de seis variáveis numa média aritmética, cada uma das seis variáveis mostrando a percentagem relativa de cada país no sistema de Estados em períodos interanuais. As seis variáveis consideradas são: 1. a % de cada Estado nas despesas militares mundiais; 2. a % de cada Estado nos efetivos militares mundiais; 3. a % de cada Estado no consumo mundial de energia; 4. a % de cada Estado na produção mundial de aço e ferro; 5. a % de cada Estado na população urbana mundial; 6. a % de cada Estado na população total mundial. Obtidas as percentagens de cada Estado para cada variável ano a ano do período considerado, a versão 6.0 abrange os 200 anos 1816-2016, as mesmas são somadas aditivamente e divididas pelo número de variáveis.

No que diz respeito à variável de controle que nos indica o potencial económico de cada estado ano a ano, tivemos em conta os níveis de crescimento económico a preços correntes com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial. No que diz respeito à variável de controle que representa os níveis de prosperidade dos estados de ano para ano, foi considerada a série de dados do PIB *per capita* fornecidos pelo Banco Mundial. Por último, no que diz respeito ao nível de desenvolvimento, a variável de controle considerada

para medir esta dimensão foi a série de dados fornecidos pelo *Our World in Data* em termos de esperança de vida medida em anos.

Resultados da análise

Após uma primeira análise estatística descritiva da informação empírica sistematizada nesta investigação, a análise estatística inferencial de ambos os modelos de teste de hipóteses por aplicação de modelos de regressão logística se assentará em quatro aspectos, a saber: 1. o tipo de relação entre variáveis evidenciado por ambos os modelos; 2. a existência ou não de significância estatística entre as variáveis independentes e de controle com a variável dependente dos modelos; 3. a interpretação dos coeficientes dos modelos também designados por odd ratio; 4. a bondade do ajuste dos modelos. Relativamente à informação descritiva, na tabela 2, sobre as sete variáveis do modelo aplicado a 2190 unidades de análise, ilustra os seguintes aspectos.

Na tabela 4, identifica-se que, no que diz respeito às capacidades materiais, a média destas, considerando todas as observações, foi de 0,128% com um valor extremo mínimo de 0,002% e máximo de 1,05%. Em termos de integração do governo, o valor médio foi de 6,786, com um valor mínimo de 1 e um máximo de 11. O crescimento econômico apresenta uma média de 8,665%, com um valor mínimo de -83,974% e um valor máximo de 305%. O PIB *per capita* apresenta uma média de 1106,974 dólares americanos, com um valor mínimo de 36,157 e um máximo de 19849 dólares americanos. Em termos de esperança de vida, o valor médio é de 53,4 anos, com um valor mínimo de 14,1 e um máximo de 75,7 anos. No que respeita ao estatuto de Estado, o valor médio foi de -0,000, o valor mínimo de -1,859 e o valor máximo de 3,51. Finalmente, no que diz respeito à variável dependente, 144 unidades de análise, num total de 2190, registaram guerras, o que significa que 6,57% das unidades de análise registaram guerras e 93,4% não registaram.

Tabela 4: Descrição das variáveis:

Valores	cmateriales	Enraigub	crececon	pibpercap	esperanza-vida	estatalidad	guerras	
Valor mínimo	0,002	1,000	-83,974	36,157	14,100	-1,859	0,000	Sin guerra: 2046
Mediana	0,052	7,000	7,098	448,667	53,000	-0,084	0,000	Con guerra: 144
Média	0,128	6,786	8,665	1106,974	53,401	0,000	0,066	
Valor Máximo	1,050	11,000	305,158	19849,718	75,700	3,516	1,000	

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito à análise dos modelos apresentados na Tabela 5, quatro deles são de natureza multivariada e o quinto é bivariado. O primeiro deles inclui todas as variáveis consideradas no estudo, podendo verificar-se que a única variável que apresenta uma relação positiva com a guerra é a variável capacidades materiais, o que significa que quanto maiores forem as capacidades materiais, maiores serão as guerras; as restantes variáveis apresentam uma relação negativa, o que significa que quanto maiores forem os níveis de enraizamento governamental, crescimento económico, PIB *per capita* e esperança de vida, menores serão as guerras. No entanto, é de salientar que, a um nível de confiança de 99%, as variáveis que apresentam uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente são as capacidades materiais, o enraizamento governamental e a esperança de vida. As variáveis crescimento económico e PIB *per capita* não apresentam uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente. Centrando a análise nos coeficientes das variáveis que têm uma relação estatisticamente significativa no modelo, a Tabela 5 mostra que, por cada unidade adicional de % de capacidades materiais, a probabilidade de um Estado africano estar em guerra é multiplicada por 22 vezes. Relativamente ao enraizamento do governo, dado que o coeficiente é inferior a 1 (0,82), a probabilidade de um ano de guerra de um Estado africano é reduzida em 18% por cada aumento desta variável. Relativamente à esperança de vida, dado que o coeficiente é inferior a 1 (0,86), a probabilidade de um Estado africano estar em guerra diminui 14% por cada aumento desta variável. Quanto à adequação do modelo no Tabela 6, o teste do qui-quadrado indica que, a um nível de confiança de 99%, o modelo é significativo.

O modelo 2 tem em conta apenas as variáveis que apresentaram uma relação estatisticamente significativa por aplicação do modelo 1. Como se pode ver na tabela 4, o modelo 2 confirma a associação positiva entre as capacidades materiais e a existência de guerra nos Estados africanos, e a relação negativa entre o enraizamento governamental e a esperança de vida com a guerra nos Estados africanos, tudo isto com um nível de confiança de 99%. Se olharmos para os coeficientes destas variáveis no modelo 2, com ligeiras nuances, na Tabela 5 confirma novamente o que se refletiu no modelo 1: por cada aumento nas capacidades materiais, a probabilidade de uma guerra nacional num Estado africano é multiplicada por quase 22 vezes. No que respeita ao enraizamento do governo, o coeficiente apresenta novamente um valor de 0,82, o que implica que a probabilidade de guerra num Estado africano-ano diminui 18 por cento por cada aumento do enraizamento do governo. Relativamente à esperança de vida, o modelo 2 também regista os mesmos valores que o modelo 1 nos seus coeficientes. Quanto à adequação do modelo na Tabela 6, o teste do qui-quadrado indica que, a um nível de confiança de 99%, o modelo 2 é significativo.

O modelo 3 é um modelo que analisa apenas as variáveis de natureza política que explicam tanto o enraizamento governamental como as capacidades materiais dos Estados africanos, ano a ano, durante o período considerado. A Tabela 4 confirma novamente a relação estatisticamente significativa e direcional entre, por um lado, as capacidades materiais e, por outro lado, o enraizamento governamental e a existência de guerras nos Estados africanos. Analisando os coeficientes, a Tabela 5 mostra que, para o modelo 3, por cada aumento das capacidades materiais, a probabilidade de um Estado africano-ano ter uma guerra nacional aumenta 5,27 vezes, ao passo que, por cada aumento do enraizamento governamental, a probabilidade de um Estado africano-ano ter uma guerra nacional diminui cerca de 10%. Quanto à adequação do modelo 3 na Tabela 6, o teste do qui-quadrado indica que o modelo 3 é significativo a um nível de confiança de 99%.

Dada a influência que as capacidades materiais têm no fato de um Estado africano anual registar ou não uma guerra nacional, o quarto modelo omite esta variável e limita-se apenas a incluir as restantes variáveis do modelo. Neste sentido, como mostra a Tabela 4, as variáveis enraizamento governamental e esperança de vida apresentam uma relação negativa estatisticamente significativa com a existência de uma guerra nacional num Estado africano-ano. As variáveis crescimento económico e PIB *per capita*, embora apresentem uma relação negativa com a variável dependente, não são estatisticamente significativas. Se analisarmos os coeficientes do modelo 4 para estas duas variáveis, verificamos que, por cada aumento do enraizamento do

governo, a probabilidade de um Estado africano em ano de guerra é reduzida em 16%, enquanto que, por cada aumento da esperança de vida, a probabilidade de uma guerra nacional num Estado africano em ano é reduzida em 12%. Mais uma vez, tal como para a adequação do modelo 4 no Tabela 6, o teste do qui-quadrado indica que este modelo é significativo.

Por fim, foi construído e testado um quinto modelo que, apesar de ter a particularidade de ser bivariado, a variável independente emerge da combinação das restantes variáveis, contabilizando os níveis de estatalidade. O modelo 5 mostra uma relação negativa e estatisticamente significativa entre os níveis de estatalidade e a existência de guerras num Estado africano anual. Analisando o coeficiente da variável, dado que este é inferior a 1 (0,4), a probabilidade de guerra reduz-se em 60% por cada aumento da variável nível de soberania. Quanto à adequação do modelo 5 no Tabela 6, o teste do qui-quadrado indica que, a um nível de confiança de 99%, este modelo também é estatisticamente significativo.

Table 5: Comparação de modelos

Dependent variable:					

guerra					
Model1	Model2	Model3	Model4	Model5	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	

cmateriales	3.10***	3.07***	1.66***		
	(0.38)	(0.37)	(0.32)		
enraigub	-0.19***	-0.19***	-0.10***	-0.17***	
	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	
crececon	-0.01		-0.005		
	(0.01)		(0.01)		
pibpercap	-0.0000		0.0001		
	(0.0001)		(0.0001)		
esperanzavida	-0.15***	-0.15***		-0.13***	

	(0.02)	(0.01)	(0.01)		
estatalidad			-0.91***		
			(0.20)		
Constant	5.49***	5.47***	-2.30***	4.78***	-2.74***
	(0.81)	(0.76)	(0.25)	(0.77)	(0.09)

Observations	2,190	2,190	2,190	2,190	2,190
Akaike Inf. Crit.	900.26	897.81	1,037.34	955.93	1,043.51
=====					
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01				

Table 6: Odds ratios por modelos

Model 1	(Intercept)	cmateria- les	enraigub	crececon	pibpercap	esperanza- vida
	241,88	22,21	0,82	0,99	0,99	0,86
Model 2	(Intercept)	cmateria- les	enraigub	esperanza- vida		
	237,41	21,59	0,82	0,86		
Model 3	(Intercept)	cmateria- les	enraigub			
	0,1	5,27	0,91			
Model 4	(Intercept)	enraigub	crececon	pibpercap	esperanza- vida	
	119,02	0,84	0,99	1	0,88	
Model 5	(Intercept)	estatalidad				
	0,06	0,4				

Table 7: Testes de qui-quadrado por modelo

Model 1: guerra ~ cmales + enraigub + crececon + pibpercap + esperanzavida				
Model 2: guerra ~ 1				
#Df	LogLik	Df	Chisq	Pr(>Chisq)
1	-444.13			
2	-531.10	-5	173.94	< 2.2e-16 ***
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1				
Likelihood ratio test				
Model 2: guerra ~ cmales + enraigub + esperanzavida				
Model 2: guerra ~ 1				
#Df	LogLik	Df	Chisq	Pr(>Chisq)
1	-444.9			
2	-531.1	-3	172.4	< 2.2e-16 ***
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1				
Likelihood ratio test				
Model 3: guerra ~ cmales + enraigub				
Model 2: guerra ~ 1				
#Df	LogLik	Df	Chisq	Pr(>Chisq)
1	-515.67			
2	-531.10	-2	30.869	1.98e-07 ***
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1				
Likelihood ratio test				
Model 4: guerra ~ enraigub + crececon + pibpercap + esperanzavida				
Model 2: guerra ~ 1				
#Df	LogLik	Df	Chisq	Pr(>Chisq)
1	-472.96			
2	-531.10	-4	116.28	< 2.2e-16 ***
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1				
Likelihood ratio test				
Model 5: guerra ~ estatalidad				
Model 2: guerra ~ 1				
#Df	LogLik	Df	Chisq	Pr(>Chisq)
1	-519.75			
2	-531.10	-1	22.701	1.893e-06 ***
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1				

Com base nos resultados obtidos a partir da construção dos modelos e respetivos testes, é possível concluir que ambas as hipóteses são confirmadas. Observa-se, claramente, que o enraizamento governamental é uma variável que tem uma relação inversa estatisticamente significativa com a existência de guerras nos Estados africanos, enquanto as capacidades materiais, entendidas como uma variável política, e a esperança de vida, esta última entendida como uma variável que reflete aspectos sociais, têm também uma relação estatisticamente significativa com a nossa variável a explicar, a primeira uma relação positiva, a segunda uma relação negativa ou inversa.

Da mesma forma, a variável Estado, que resulta da combinação das variáveis política (capacidades materiais, enraizamento do Estado), econômica (crescimento econômico, PIB *per capita*) e social (expectativa de vida), tem também uma relação estatisticamente significativa e inversa com a variável existência de guerras nos Estados africanos. Neste sentido, é possível afirmar que a existência de guerras nos Estados africanos desde o final da Segunda Guerra Mundial é explicada, em grande parte, pela influência dos fatores políticos e, em menor escala, dos fatores sociais, embora os fatores econômicos tenham tido uma influência inversa, não estatisticamente significativa.

Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi investigar a influência que o enraizamento governamental e os níveis de estatalidade tiveram na existência de guerras nacionais em países africanos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Para o efeito, foram formuladas duas hipóteses para orientar a investigação empírica e os seus contrastes foram testados através da concepção de modelos de regressão logística. Com base na concepção de quatro modelos de regressão logística multivariada, verificou-se que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a probabilidade de os Estados africanos viverem guerras nacionais está inversa e significativamente associada aos níveis de enraizamento governamental. Por outras palavras, com base nos resultados deste estudo, é possível afirmar que quanto mais elevados forem os níveis de enraizamento governamental, menor será a probabilidade de guerras nacionais em África.

Por sua vez, com base no desenho de um modelo de regressão logística bivariada, em que a variável independente, níveis de governança, é derivada da combinação das restantes variáveis políticas, econômicas e sociais consideradas neste estudo, também se verificou que, desde o final da Segunda

Guerra Mundial, a probabilidade de os Estados africanos viverem guerras nacionais está inversa e significativamente associada aos níveis de governança. Por outras palavras, com base nos resultados deste estudo, é possível afirmar que quanto mais elevado for o nível de estatalidade, menor será a probabilidade de ocorrência de guerras nacionais no continente africano.

Ainda que a pesquisa não se proponha a analisar casos específicos e sim buscar uma relação geral entre as questões de constituição e institucionalização do Estado com a ocorrência de guerra, algumas observações pontuais merecem ser feitas. O teste estatístico vai ao encontro das discussões teóricas apresentadas no início deste artigo: a institucionalização do Estado (ou a falta dela) está diretamente relacionada com as instabilidades no âmbito da segurança, especialmente quando se fala de conflitos que não são interestatais.

É relevante que o teste de hipótese tenha encontrado uma relação positiva entre capacidades materiais e a ocorrência de guerras, o que se traduz na problemática da manutenção dos grupos políticos no poder e a existência de conflitos. Como lembram Job (1997) e Ayoob (2002), as questões de construção do Estado – originadas no processo de descolonização – e de estruturação das instituições levam ao ‘dilema de segurança interna’. As forças políticas que estão no poder, assim, uma vez que disponham de capacidades materiais para tanto, irão, potencialmente, utilizar formas violentas para manterem o *status quo*. Foi o caso, por exemplo, de Angola, durante os quase 30 anos de guerra civil.

Da mesma forma, vale destacar a conclusão estatística de que as variáveis econômicas, ainda que tenham influência, são secundárias. Tal inferência corrobora a relação existente entre desenvolvimento e paz. Não há como se esperar que em um ambiente de conflito, o desenvolvimento socioeconômico avance. Tampouco é possível almejar que melhoras pontuais em aspectos econômicos possam ter impactos significativos em um contexto de insegurança.

Por fim, cabe retomar a premissa básica que guiou essa pesquisa desde o início: há uma relação entre a existência de guerras e o nível de estatalidade. Os Estados africanos, em muitos casos, ainda estão passando pelo processo de construção e de fortalecimento da sua soberania interna. É esperado, portanto, que, à medida que esses Estados avancem na construção das suas instituições e da sua soberania, a frequência e a intensidade dos conflitos diminuam.

REFERÊNCIAS

- Ayoob, Mohammed. 2002. Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. *International Studies Review*, 4 (3).
- Ballentine, Karen, e Jake Sherman. 2003. "The Political Economy of Armed Conflict: Beyond Greed and Grievance". Boulder: Lynne Rienner.
- Buzan, Barry, e Ole Waever. 2003. "Regions and Powers: The Structure of International Security". Cambridge: Cambridge University Press.
- Collier, Paul, e Anke Hoeffler. 2004. Greed And Grievance In Civil War. *Oxford Economic Papers*, 56 (4), 563-595.
- Collier, Paul, V. L Elliott, Havard Hegre, Anke Hoeffler, Marta Reynal-Querol, e Nicholas Sambanis. 2003. Breaking The Conflict Trap: Civil War And Development Policy. Washington, D.C.: The World Bank And Oxford University Press.
- Derouen, Karl, e David Sobek. 2004. The Dynamics Of Civil War Duration And Outcome. *Journal Of Peace Research*, 41, 303-320.
- Dixon, Jeffrey, e Meredith Sarkees. 2016. "Guide To Intra-State Wars. 1816-2014". Sage. C.Q.Press.
- Doyle, Michael W. 1983. Kant, Liberal Legacies And Foreign Affairs. *Philosophy And Public Affairs*, 12 (3).
- Fearon, James, e David Laitin. 2003. Ethnicity, Insurgency And Civil War. *American Political Science Review*, 97 (1), 75-90.
- Francis, David J. 2006. Linking Peace, Security And Developmental Regionalism: Regional Economic And Security Integration In Africa. *Journal Of Peacebuilding And Development*, 2 (3).
- Grossman, Herschel. Kleptocracy And Revolutions. 1999. *Oxford Economic Papers*, 51 (2), 267-283.
- Gurr, Robert Ted. 2011. "Why Men Rebel. Fortieth Anniversary Edition". New York: Routledge.
- Hegre, Havard, Tanja Ellingsen, Scott Gates, e Nils Petter Gleditsch. 2001. Toward A Democratic Civil Peace? Democracy, Political Change, And Civil War, 1816-1992. *American Political Science Review*, 95 (1), 33-48.
- Herbst, Jeffrey. 2000. "States And Power In Africa: Comparative Lessons In Authority And Control". Princeton: Princeton University Press.
- Hironaka, Ann. 2005. "Neverending Wars: The International Community, Weak States, And The Perpetuation Of Civil War". New York: Cambridge, Harvard University Press.
- Huntington, Samuel. 1997. "El Orden Político En Las Sociedades En Cambio". 2 Ed. Barcelona: Paidós.

- Ibekwe, Chux, e Akanmu Adebayo. 2012. "Dreams And Nightmares: Democratization, Elections And Conflict In Africa". In: Adebayo, Akanmu. (Ed.) *Managing Conflicts In Africa's Democratic Transition*. Lexington Books: Plymouth.
- Job, Brian. 1997. "Matters Of Multilateralism". In: Lake, David; Morgan, Patrick (Eds.). *Regional Orders: Building Security In A New World*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press.
- Kaldor, Mary. 2001. "Las Nuevas Guerras. Violencia Organizada En La Era Global". Barcelona: Tusquets.
- Keen, David. 1998. "The Economic Functions Of Violence Of Civil Wars". New York: *Adelphi Paper* 320. Oxford University Press.
- Kelly, Robert. 2007. Security Theory In The "New Regionalism". *International Studies Review* 9.
- Marshall, Monty, e Gabrielle Elzinga-Marshall. 2017. *Global Report 2017: Conflict, Governance And State Fragility*. Center For Systemic Peace. <https://www.systemicpeace.org/Vlibrary/Globalreport2017.Pdf>
- Nkiwane, Tandeka C. 2001. Africa And International Relations: Regional Lessons For A Global Discourse. *International Political Science Review*, 22 (3).
- Peksen, Dursun, Zeynep Taydas, e Cooper Drury. 2008. Taxation, State Building, Welfare Policy And Civil Wars. Paper Presented At The Annual Convention Of The International Studies Association, San Francisco, Ca.
- Ross, Michael. 2006. A Closer Look At Oil, Diamonds, And Civil War. *Annual Review Political Science*, 9, 265-300.
- Sarkees, Meredith, e Frank Wayman. 2010. "Resort To War 1816-2007". Washington, D.C.: *Correlates of war* Series, Sage, Cq Press.
- Söderbaum, Fredrik. 1998. The New Regionalism In Southern Africa. *Politeia*, 13 (3).
- Tilly, Charles. 1996. "Coerção, Capital E Estados Europeus: 990-1992". São Paulo: Edusp.

RESUMO

O artigo que se segue tem como objetivo investigar em que medida a existência de guerras nacionais nos Estados africanos, desde o final da Segunda Guerra Mundial até 2015, foi condicionada pelos níveis de enraizamento governamental e pelos níveis de estatalidade. Com base na concepção e aplicação de cinco modelos de regressão logística, o estudo mostra basicamente que quanto mais elevados os níveis de enraizamento governamental, menor a probabilidade de os Estados africanos terem guerras internas, e que quanto mais elevados os níveis de estatalidade, menor a probabilidade de guerras nacionais nos Estados africanos.

PALAVRAS-CHAVE

África. Estado. Guerra.

Recebido em 29 de agosto de 2023

Aceito em 27 de setembro de 2023⁸

8 Como citar: Schütz, Nathaly Silva Xavier, e Hernán Olmedo González. 2023. "Governo, Estado e guerras nacionais em África". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8 (16), 113-137. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.135172>.